

Os não-linguistas e a mobilização de práticas emancipatórias nas discursividades contemporâneas

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i3.3678>

Livia Falconi¹
Ligia Menossi²

Resumo

A Linguística Popular, campo de estudos da linguagem já bem constituído no contexto estadunidense, a partir dos trabalhos de Niedzielski e Preston (1999 e 2003) e no francês, a partir dos trabalhos de Paveau (2008 e 2019), começa a produzir os seus primeiros resultados no Brasil com os trabalhos de Baronas e seu grupo. Segundo Baronas (2021), a Linguística Popular/Folk Linguistics designa as práticas linguísticas espontaneamente construídas pelos mais diversos sujeitos, que não estão necessariamente fundamentados em uma lógica de uma teoria da linguagem. Compreendemos, na esteira de Marie-Anne Paveau (2018), que as abordagens científica e popular são anti-eliminativas, assim a Linguística Popular não se coloca em oposição à Linguística Acadêmica. Esse campo de estudos, a partir do viés francês, se debruça, reflexivamente, sobre as práticas linguísticas dos não-linguistas, isto é, busca entender o funcionamento de práticas categorizadas como descritivas, prescritivas, intervencionistas e emancipatórias de sujeitos que não têm formação em Linguística, mas mesmo assim, produzem saberes sobre a própria língua e a língua dos outros. Neste trabalho, procuraremos levantar um conjunto de práticas linguísticas emancipatórias, nas quais predominam a questão ética em detrimento da estética, que circulam no ambiente digital, buscando compreendê-las de modo a empreender uma tipologia específica para tais práticas em virtude do *corpus* de análise selecionado, denominadas como práticas originárias. Ainda, à luz de um diálogo teórico-metodológico entre a Linguística Popular e a Análise de Discurso na sua vertente francesa, procuraremos entender até que ponto tais práticas emancipatórias influenciam nas práticas discursivas de outros sujeitos, já que temos diversas discussões ou, até mesmo,

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil; liviamfp@yaho.com.br; <https://orcid.org/0000-0003-0696-2844>

2 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil; ligiamenossi@ufscar.br; <https://orcid.org/0000-0003-2047-3019>

indicações de utilização ou não utilização de determinado léxico por não-linguistas. Em última instância, é essa nossa questão de fundo, verificar em que medida, para além do politicamente correto, as ditas práticas emancipatórias produzem reconfigurações linguísticas nas falas das pessoas.

Palavras-chave: Linguística popular; práticas emancipatórias; Análise do Discurso.

Non-linguists and the mobilization of emancipatory practices in contemporary discourses

Abstract

Popular Linguistics, a field of language studies that is already well-established in the US since the work of Niedzielski and Preston (1999 and 2003) and in France since the work of Paveau (2008 and 2019), is beginning to produce its first results in Brazil with the work of Baronas and his group. According to Baronas (2021), Popular Linguistics/Folk Linguistics designates the linguistic practices spontaneously constructed by the most diverse subjects, which are not necessarily based on the logic of a theory of language. We understand, in the wake of Marie-Anne Paveau (2018), that the scientific and popular approaches are anti-eliminative, so Popular Linguistics is not in opposition to Academic Linguistics. From a French perspective, this field of study reflexively looks at the linguistic practices of non-linguists, i.e. it seeks to understand the functioning of practices categorized as descriptive, prescriptive, interventionist and emancipatory by subjects who are not trained in linguistics, but who nevertheless produce knowledge about their own language and the language of others. In this work, we will try to identify a set of emancipatory linguistic practices, in which ethical issues predominate over aesthetic ones, which circulate in the digital environment, most notably Instagram and Twitter, in an attempt to understand them in order to develop a specific typology for these practices, given the corpus of analysis selected.

Keywords: Folk linguistics; Emancipatory practices; Discourse Analysis.

Introdução³

A Linguística Popular é a linguística dos não-linguistas, não a dos usos da língua, mas das reflexões e das práticas de análise sobre a língua. É comum nos depararmos com práticas linguísticas efetivadas por não-linguistas das mais diferentes ordens. Portanto, o que Paveau (2021) propõe é que esses saberes produzidos acerca da língua sejam integrados aos estudos linguísticos científicos e acadêmicos: “o integracionismo significa ficar com o e, em vez do ou” (Paveau, 2018, p. 42).

³ Trabalho derivado de pesquisa de pós-doutoramento.

Com o objetivo de contribuir para os estudos em Linguística Popular e com o empreendimento deste campo de estudos no Brasil, desenvolvemos nosso trabalho tendo como temática práticas linguísticas nomeadas por Paveau (2020) como emancipatórias. Para a autora, seriam emancipatórias as práticas linguísticas que, de alguma maneira, produzem na sociedade movimentos de luta a favor de algum grupo minoritário. Assim sendo, tomamos as proposições teóricas de Paveau (2018 e 2020) para este artigo juntamente com as ideias empreendidas no Brasil (Baronas *et al.*, 2021), em especial, temos como objetivo: entender como se dá a prática linguística emancipatória feita por não-linguistas militantes e, ao mesmo tempo, propor uma categorização ou o que na esteira de Paveau (2021) chamaríamos de tipologia específica.

Na medida em que os estudos sobre a Linguística Popular no Brasil encontram-se em seu início, julgamos pertinente para a construção e estabilização de tal disciplina produzirmos categorizações metodológicas. Compreendemos que o campo de estudos em Linguística Popular encontra-se em fase de expansão e, principalmente, consolidação; desse modo, pensamos ser fundamental para análise e descrição linguística que esse campo se volte para repensar questões, propor reflexões e expansão da teoria quando se depara com *corpus* de análise, como o que trouxemos para nosso trabalho, que suscita diferentes questões.

Para tanto, nosso *corpus* de trabalho se encontra em ambiente virtual, já que é desse lugar que tiraremos exemplos do funcionamento das práticas de não-linguistas. Usaremos enunciados postados em redes sociais e reproduzidos na agência de notícias Mídia Ninja e na agência de notícias G1.

1. O que é Linguística Popular?

Um campo de estudos que se abre no Brasil, a Linguística Popular tem ganhado contornos, caminhos e parcerias nas mais diversas instâncias, acreditamos que esse movimento se dê em virtude de ela propor que se considere saberes das mais diversas ordens acerca da língua, que possamos “quebrar os muros” e não construir mais muros com os quais tivemos que lidar acerca do fazer científico e da produção acadêmica.

Nesse caminho, pensar na estabilidade cartesiana dos campos científicos, quando se entende que para ser considerado ciência é preciso que aquele fenômeno ou objeto de pesquisa tenha perpassado instâncias que o possam legitimar enquanto tal, torna-se algo que promove um certo desconforto para aqueles que ainda se sentem seguros em manter um único olhar sobre a língua: o do fazer científico.

Contudo, diante de afirmações científicas que afastam e negam o que é produzido no senso comum e, ao mesmo tempo, passam a desconsiderar toda comprovação que esteja fora dos parâmetros da ciência, é que nasce a Linguística Popular. Buscamos

contribuir para esse “olhar antieliminativo dos saberes populares” (Oliveira; Falconi-Pires, 2021).

O saber popular de um lado e a ciência de outro é o que quer desconstruir a Linguística Popular ao propor que se considerem práticas linguísticas dos não-linguistas. Diante das mudanças comunicacionais em que há predominância dos tecnodiscursos⁴, que a abordagem discursiva deve considerar também aspectos como os produzidos pela máquina (os algoritmos, por exemplo) como determinantes dos sentidos produzidos pela linguagem, é preciso considerar também o que circula na *web*. As relações se modificaram, as redes sociais potencializaram o contato, a troca e o crescimento do vínculo referencial dos sujeitos, assim como, o senso comum tomou voz e lugar nesses espaços das redes, o que suscita um olhar distinto sobre essa produção de saberes sobre língua. Muitas vezes, quando nos deparamos com *post* em uma rede social que defende determinada ideia, fica difícil saber se é algo produzido baseado no senso comum ou é um saber linguístico científico. Por isso, Paveau (2018) propõe uma abordagem integrativa e antieliminativa desses discursos. Na seção seguinte, iremos explicar um pouco sobre sua abordagem e proposições tipológicas para os não-linguistas e para as práticas linguísticas.

1.2 A abordagem integrativa, os não-linguistas e suas práticas

A linguística popular não se coloca em oposição à linguística acadêmica, sendo possível contemplá-la em um estudo científico da linguagem. É o que recomenda Paveau (2018, p. 28) ao afirmar que as abordagens científica e popular são antieliminativas, pois, “os enunciados populares não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem ao contrário saberes perceptivos, subjetivos e incompletos a serem integrados aos dados científicos da linguística”.

Assim sendo, a abordagem integrativa proposta pela autora apresenta algumas características importantes:

- a) considera a linguística popular como um *continuum*, ou seja, não é oposta à linguística acadêmica;

4 Segundo Paveau (2021, p. 31), “falar em tecnodiscurso, tecnopalavra, tecnosigno, tecnogênero do discurso e tecnografismo é inscrever na análise uma opção teórica que modifica a episteme dominante das ciências da linguagem. É também afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente languageira, que as determinações técnicas coconstroem as formas tecnolinguageiras, e que as perspectivas logo e antropocêntricas devem ser descartadas em prol de uma perspectiva ecológica e integrativa, que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções languageiras.[...] Falar em tecnodiscurso, em tecnolinguagem ou análise tecnolinguística é, portanto, inscrever-se numa prática ecológica e pós-dualista da linguística”.

- b) propõe integrar plenamente os dados populares/*folk* a um estudo científico da linguagem;
- c) a noção de saber e consciência epilinguística⁵ pode fornecer argumentos para uma posição integracionista, ou seja, antieliminativa.

A língua, para a Linguística Popular, é claramente entendida como um bem comum e, por isso, os discursos sobre a língua também o são. Paveau (2021) afirma que todo mundo faz linguística em diferentes níveis, situações e momentos e somente alguns o fazem de maneira mais científica do que outros, são os chamados linguistas. Assim, os não-linguistas, ou seja, as pessoas que não têm diplomas em ciências da linguagem e que não pertencem a uma comunidade científica praticam uma linguística denominada, no contexto francês, “popular”, em que a expressão Linguística Popular é uma tradução da expressão inglesa *folk linguistics*. Segundo Baronas (2021, p. 1):

[...] o traço que distingue a Linguística Popular/*Folk linguistics* de outras perspectivas teóricas que se debruçam sobre o objeto língua é justamente a possibilidade de compreender *como* e *porque* os discursos que dizem da língua afetam a própria língua, enquanto objeto de conhecimento. Quando nos referimos aos discursos que dizem de língua não estamos pensando somente nos discursos morais sobre a língua, os prescritivos, por exemplo, mas, sobretudo, as práticas descritivas, intervencionistas e militantes.

A partir das categorizações empreendidas por Paveau (2021) em seu texto intitulado “Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas” recentemente traduzido e publicado na obra *Linguística Popular/Folk Linguistics: práticas, proposições e polêmicas*⁶, proferido por ocasião da abertura do primeiro Seminário de Linguística Popular (SIELIPOP), em 2020, a autora desenvolve o que denomina de tipologia dos não-linguistas, elencando as categorias como: Cientistas não-linguistas; Linguistas amadores; Militantes; Logófilos, glossomaníacos; Corretores-revisores-redatores/Corretoras-revisoras-redatoras; Escritores(as), ensaístas; Crianças; Ludo-linguistas; Oradores/Locutores.

5 Entendemos como consciência epilinguística como “uma instância que fornece dados linguísticos da ordem da percepção. Se, numa perspectiva empírica, a linguística faz jus às dimensões experiencial e cultural da linguagem, ou seja, se o objeto da linguística integra os usos da língua pelos sujeitos sociais e cognitivos, então os dados perceptivos da linguística *folk* podem ser levados em conta como dados linguísticos, pura e simplesmente” (Paveau, 2018, p. 38).

6 PAVEAU, M.-A. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. Tradução Livia M. Falconi Pires e Roberto Baronas. (Baronas; Cox, 2020).

Cada uma dessas categorias abarca um conjunto específico de não-linguistas, todas elas nos interessam; entretanto, nesse trabalho, daremos enfoque ao que Paveau (2021) denomina como não-linguistas Militantes, entendemos que se trata daqueles que, além de promoverem uma reflexão sobre língua, se utilizam desse movimento para defenderem uma causa que lhe é importante. De modo geral, diríamos que empiricamente observamos que os não-linguistas Militantes estão em defesa de algum grupo que sofre algum tipo de preconceito, exclusão e discriminação, o que para nós implica que tal categoria pode apresentar subcategorias e, também, algumas ramificações. Nas palavras de Paveau (2021, p. 9), os Militantes movem a Linguística Popular porque:

[...] quase sempre integram no seu ativismo uma reflexão sobre as palavras e o uso da linguagem em geral, são verdadeiros linguistas profanos, como mostram, por exemplo, as dezenas de definições, léxicos, minidicionários ou wikis⁷ (colaborativas) que estão listados on-line.

Analisar o conjunto de enunciados realizados pelos não-linguistas é de grande relevância para os estudos em Linguística Popular. Tais conjuntos são chamados por Paveau (2020) de práticas linguísticas profanas, ou seja, que são realizadas por pessoas que não têm formação nas ciências da linguagem, como também não são pertencentes a uma comunidade científica. Em vista disso, Paveau (2021) propõe a categorização em quatro tipos de práticas linguísticas: a) descrições, b) prescrições, c) intervenções e d) práticas emancipatórias.

- a) As práticas linguísticas descritivas ou descrições dizem respeito às reflexões verbalizadas sobre língua que têm como pano de fundo algum tipo de percepção sobre o funcionamento da língua; diríamos que se trata de uma opinião do tipo “isso não é português” (no sentido de que isso não é correto linguisticamente falando) ou um julgamento que aponta uma adequação (ou não) entre nomes e coisas (por exemplo, “acho que esse nome não serve/combina”).
- b) As práticas linguísticas prescritivas ou prescrições são práticas que encontramos com frequência em relação à Língua Portuguesa haja vista o imaginário que se tem sobre o que seria a língua correta no Brasil. Falar certo ou falar errado estão ligadas ao uso da norma culta ligado a um certo purismo. As observações são empreendidas, de modo geral, levam sempre em conta a ortografia e as escolhas lexicais. Segundo Paveau (2020), a ortografia na França funciona como uma potente ferramenta de segregação social, ademais é uma obsessão cultural nacional. Algo semelhante se dá no Brasil em que a ideia de língua chega a desconsiderar usos e conteúdos e se prende ao uso de regras ortográficas e/ou de acentuação. Já a questão lexical configura o que se chamaria de cultura da elite, quem usa as melhores palavras, circula por classes sociais mais abastadas (privilegiadas). De modo geral, Paveau

7 Nota do tradutor – Páginas *web* que permitem que usuários façam modificações.

(2005, 2020) nos mostra que as práticas prescritas se preocupam com as regras da língua, as regras são exaltadas em diferentes espaços, no Brasil, principalmente os escolares, por gramáticos que comercializam formas de prescrever o bem falar.

- c) Nas práticas linguísticas intervencionistas, há um outro movimento que Paveau (2020) entende como espontâneo, chegando a ter como pano de fundo a ideia de facilitar o uso da língua de forma a torná-la mais acessível. De modo sucinto, podemos dizer que esse tipo de prática está ligado sempre a uma questão estética da língua.
- d) As práticas emancipatórias estão, muitas vezes, imbricadas com as práticas intervencionistas, contudo, diferenciam-se porque dizem respeito a questões éticas sobre a língua. Assim, as práticas emancipatórias propõem que se observe um militantismo social ou político. De modo geral, há sempre uma proposição, uma reflexão sobre quais palavras devem ser usadas e as questões do léxico são frequentemente trazidas para o centro do ativismo.

As práticas emancipatórias são aquelas apresentadas em nosso material de análise que implicam pensar que se trata de não-linguistas militantes conduzindo suas reflexões sobre a língua produzindo uma prática linguística emancipatória que, sendo política e/ou social, está baseada no discurso, por meio de palavras, visto que se encontram nos ativismos reflexões sobre quais termos usar para se referir a um determinado grupo, sobre maneiras de falar ou até a respeito das formas de debate. De acordo com Paveau (2020, p. 38), “o dicionário ou o léxico é quase um elemento obrigatório de todo ativismo e o advento da internet reforçou a prática lexicográfica”. O uso da linguagem inclusiva, por exemplo, vem ganhando ampla discussão na sociedade, especialmente por meio dos ativistas que explicam a importância do uso, a fim de respeitar as diferentes identidades de gênero, assim como para que o gênero que se refira a todas as pessoas não seja no gênero masculino⁸.

2. Práticas emancipatórias: questionamentos sobre o léxico

Assinalamos, mais uma vez, que para esse artigo, dando continuidade aos nossos trabalhos, nos deteremos na categoria de não-linguistas Militantes e suas práticas emancipatórias, pois tais práticas trazem, de maneira mais efetiva, a materialização das lutas, dos embates, as ocupações de lugares dos grupos invisibilizados. Portanto, serão abordadas nos próximos tópicos, já que, são elas que constituem o objetivo central deste trabalho. Podemos afirmar, então, que aqui trouxemos as mobilizações do que Paveau (2020a) denomina de *locutores comuns*, afinal são postagens que discutem a língua feita por pessoas comuns, cotidianas.

8 Santos, Carvalho e Santos (2021) exploram melhor esta questão no artigo “Da gramática normativa à linguística popular militante: um percurso da linguagem neutra”.

É importante salientarmos aqui que, ao usarmos as lentes da Linguística Popular, transpassamos o nosso objeto, os sujeitos populares e a mobilização que eles fazem da língua produzem sentidos e práticas. Na esteira da Linguística Popular, compreende-se tais movimentos e não, apenas, classifica-se, mas sim, incorpora-se, promovendo uma ciência antieliminativa.

Os fazeres linguísticos estão espalhados pelos diversos fazeres languageiros. A militância, sobre a qual falaremos mais fortemente a seguir, por exemplo, seja ela das ruas, da academia, ou mesmo, das mídias, se pauta nas questões linguísticas para produzir e dar o seu grito e são nessas mobilizações e nessas práticas que se encontram e se projetam os embates.

Sobre as práticas emancipatórias, Paveau (2020) assinala que são práticas mobilizadas pelo que ela denomina de não-linguistas militantes. Diferente das práticas ditas prescritivas.

Essa prática linguística corretiva tem uma dimensão política e ética. Pode parecer cair na prescrição e pode ser considerada como um “diga” *versus* “não diga”, como na Academia Francesa, e de fato tem essa forma. Mas o que a diferencia é a intenção emancipatória, o objetivo de restaurar a dignidade do(da) negro(a) e o objetivo antirracista. É nisso que se diferencia de uma simples prescrição normativa ligada à correção da linguagem, por propor uma ética da língua (Paveau, 2020, p. 40).

Para nós, essa categorização não-linguistas Militantes possui subcategorias as quais pretendemos investigar melhor. No entanto, podemos postular de antemão, a partir de nossas investigações preliminares, pelo menos uma subcategoria de prática, a prática emancipatória lexical nas quais identificamos fazeres linguísticos emancipatórios que promovem discussões e interferências no próprio funcionamento e andamento das reflexões tecidas da e sobre a língua.

Compreendemos, então, que:

O militantismo social ou político é baseado em um discurso sobre as palavras. Vários trabalhos recentes na Análise do Discurso sobre o gênero mostraram a centralidade das práticas linguísticas profanas nos discursos que se desenvolveram nos debates em torno do casamento de pessoas do mesmo sexo (HUSSON, 2017) ou em discursos sobre intersexualidade (MARIGNIER, 2016). Na maioria dos ativismos encontramos reflexões sobre quais palavras usar ou não usar, sobre as maneiras de falar ou sobre as formas do debate (Paveau, 2020, p. 38).

Como já pontuamos, as redes sociais promovem a circulação do dizer, a disseminação de práticas languageiras⁹. Segundo Paveau (2021), no contexto do ativismo as discussões sobre os termos e seus usos são frequentes, na França, o termo *negro*, por exemplo, tem sido objeto de constantes discussões e polêmicas desde o início do século XX, devido aos movimentos anticolonialistas. Mais de um século depois, a palavra *preto* está ocupando lugar no discurso ativista. Marie Treps apresenta a palavra assim em *Maudits mots*. A fabricação de insultos racistas:

Emprestado do anglo-americano, o *preto* aparece na França na década de 1980 e se refere a uma pessoa de pele negra, sem distinção cultural ou geográfica. Ele é então recebido como um substituto providencial de negro, suspeito de transmitir estereótipos racistas, e mesmo negro, considerado tão desatualizado e não tão trivial quanto aquele (Treps, 2017, p. 251 *apud* Paveau, 2021, p. 39).

Ainda no contexto francês, Paveau (2021) enfatiza que a palavra se tornou “da moda”, circulando em *slogans* como “Preto, branco, árabe” que descrevia a seleção francesa de futebol vitoriosa na Copa do Mundo de 1998. Mas, no final da década de 1990, a palavra foi contestada pelos(as) negros(as), que a viam como um eufemismo impróprio e uma maneira de evitar a palavra “negro”. Uma campanha de 2010 produziu enunciados corretivos, “Eu sou negro, não preto”, “Eu sou negra, não preta” ou simplesmente “negro, não preto”, inscritas em uma *hashtag* (#NegroNãoPreto)¹⁰ e em camisetas” (Paveau, 2021, p. 39).

Essa prática linguística corretiva, como sinaliza Paveau (2021), apresenta uma dimensão tanto política quanto ética, ao mesmo tempo, também se mostra como uma prática prescritiva, já que pode ser considerada como um “diga” *versus* “não diga”. Todavia, trata-se essencialmente de uma prática emancipatória porque objetiva restaurar a dignidade do(da) negro(a), tem um pano de fundo antirracista e, nesse caminho, propõe uma ética da língua e acaba por se distanciar da prescrição normativa que está estritamente ligada a uma correção da linguagem.

Nesse sentido, propomos que a prática linguística que toma como mote de reflexão uma perspectiva ética, ou seja, a prática emancipatória possa ser subcategorizada de acordo com o procedimento linguístico mobilizado pelos militantes. Nos exemplos abaixo¹¹,

9 Devido à possibilidade de publicização que as redes sociais promovem dando ao usuário espaço para pode dizer, constata-se que as telas dos celulares, *tablets* e computadores ficam inundadas de diversos dizeres e apreciações, inclusive os que dizem respeito à língua.

10 NT: Pode ser encontrada aqui uma sutil disputa entre línguas, visto que *black* vem do inglês.

11 Cabe acrescentar que nosso escopo não é verificar efetivamente a veracidade dos fatos, mas, observar o funcionamento das reflexões tecidas sobre (e na) língua.

temos o funcionamento de uma prática emancipatória lexical, já que se questiona a diferença nas acepções do léxico dicionarizado. Observamos, em nosso material de análise, que há um movimento da militância feminista relacionado com os usos da língua. Para Paveau (2020, p. 48), “o ativismo é indissociável de uma reflexão sobre a linguagem que se manifesta em um discurso metalinguístico real.”

Muitas vezes, é pelo léxico que se produz um questionamento ou, até mesmo, um dizer ou não dizer de termos e expressões. Abaixo trouxemos o recorte do *corpus* de análise em que há postagens promovendo questionamentos sobre as definições dos termos “Patroa”, “Mulher-solteira” e “Madrasta” que, segundo suas(es) autoras (es), são sexistas e ofendem as mulheres.

Figura 1. Reprodução das postagens no Instagram e Twitter das cantoras Anitta e Luíza Sonza



Anitta e Luíza Sonza criticaram significado das palavras "patroa" e "mulher-solteira" que apareciam no Google — Foto: Reprodução/Instagram/Twitter

Fonte: Agência de notícias G1¹²

12 *Link* de acesso: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/09/18/significados-de-patroa-e-mulher-solteira-mudam-no-google-depois-de-criticas-de-anitta-e-luisa-sonza.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Figura 2. Reportagem sobre os questionamentos de Anitta e Luísa Sonza¹³



Fonte: Agência de notícias G1

Figura 3. Postagem feita no Instagram



Fonte: Agência de notícias Mídia Ninja¹⁴

13 Link de acesso: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/09/18/significados-de-patroa-e-mulher-solteira-mudam-no-google-depois-de-criticas-de-anitta-e-luisa-sonza.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.

14 Link de acesso: #repost @planetaella Uma campanha de dois anos encampada pelo movimento Somos Madrastas (@somos.madrastas) conseguiu que o Google deixe de... | Instagram. Acesso em: 11 ago. 2023.

Na figura 1, estão reproduzidas as postagens feitas pelas cantoras Anitta e Luísa Sonza¹⁵ nas redes sociais Instagram e Twitter¹⁶, respectivamente acerca dos termos “Patroa” e “Mulher-solteira” e na Figura 2, a agência de notícias G1 reporta as postagens feitas por Anitta e Luísa nas quais as cantoras questionam a definição dos termos e apontam seus vieses sexistas. As duas cantoras questionam as acepções que constam no dicionário Google, proporcionado pela *OXFORD Languages*. O significado de patroa seria, então, mulher do patrão ou dona de casa. E o significado de mulher-solteira, de maneira pejorativa, seria prostituta e meretriz.

Observamos que a entrada para a reflexão linguística feita por esses sujeitos não-linguistas, *locutores comuns*, advém da busca de asserção nos dicionários, sendo eles um lugar de ancoragem social. Portanto, a prática militante emancipatória se coloca como uma construção de resistência dos *locutores comuns* diante do “verdadeiro” que é o significado do dicionário. Diante desses movimentos para além de languageiros e, portanto, linguísticos, propomos um desdobramento das tipologias já definidas por Paveau (2020) a fim de investigarmos mais de perto as mobilizações linguísticas feitas pelos linguistas profanos, não-linguistas, mais especificamente, militantes produtores de práticas emancipatórias lexicais,

Da mesma maneira que as cantoras, o grupo de mulheres que faz parte do movimento ‘Somos Madrastas’ (Figura 3) questionou o significado do termo “Madrasta” no dicionário do Google. Observamos que a definição do sentido do termo é trazida para, em seguida, ser dada a proposição dos não-linguistas Militantes, enfatizando que o significado anterior promove um posicionamento sexista, haja vista a diferença das concepções de madrasta e padrasto. Tais mobilizações linguísticas tornaram-se tão efetivas que transpuseram o discurso militante, cruzaram a barreira do ativismo e foram tomar o lugar da internet que se apoderou do discurso militante e, mais ainda, das práticas militantes emancipatórias.

3. Algumas considerações

Pelos recortes trazidos para nossa breve análise, é possível atestar a circulação dos dizeres e a utilização que as redes sociais propiciaram para a exacerbação de fazeres linguísticos produzidos por não-linguistas. A possibilidade de dizer, dada aos sujeitos pelas redes sociais, permite ao sujeito sendo ele midiático ou anônimo, questionar de maneira mais efetiva não só a sociedade, como também a língua e seu funcionamento imbricado pelo histórico, social e político, permitindo, inclusive, um movimento de resistência.

15 *Link* de acesso: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/09/18/significados-de-patroa-e-mulher-solteira-mudam-no-google-depois-de-criticas-de-anitta-e-luisa-sonza.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.

16 *Link* de acesso: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5756/4862.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Na tentativa de propor uma expansão da categorização das práticas emancipatórias produzidas por não-linguistas militantes, propusemos uma reflexão em torno da retomada dos sentidos dicionarizados de “Madrastas”, “Patroa” e “Mulher-solteira”, as quais denominamos práticas emancipatórias lexicais. Tais práticas são apenas um esboço de uma reflexão que pode (ou não) ser muito maior e produtiva acerca da produção de enunciados sobre a língua que buscam sedimentar-se em questões linguísticas para defender seu militantismo.

Portanto, os não-linguistas, ou seja, os populares, as pessoas que não desenvolvem reflexões sobre a língua no ambiente científico e acadêmico estão mobilizando fazeres linguísticos, produzindo práticas, e a língua está aí funcionando, materializando lugares e poderes. A internet e, mais especificamente, as redes sociais, permitem que os não-linguistas publicizem seus questionamentos sobre línguas, muitas vezes, demonstrando que o sentido não está na estabilização do léxico dicionarizado, mas sim, está construído socio e historicamente, evidenciando que as possibilidades de emergências aflorem outros sentidos que ali não estavam.

Deste modo, cabe aos linguistas também contemplar os fazeres linguísticos realizados pelos populares. Não compete aos pesquisadores da Linguística Popular impor a cientificidade em detrimento do popular, já que é exatamente esse fazer linguístico que movimenta as engrenagens desse campo em desenvolvimento no Brasil.

Referências

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M. Linguística popular – a linguística ‘fora do templo’: definição, geografia e dimensões. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4257-4270, 2019.

BARONAS, R. L.; COX, M. Linguística popular/folk linguistics e linguística científica: Em vez do *versus*, propomos a integração. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, 2020a.

BARONAS, R. L.; COX, M. *Linguística Popular/Folk Linguistics: práticas, proposições e polêmicas?* Homenagem a Amadeu Amaral. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020b. v. 1.

BARONAS, R. L. Racismo estrutural no Brasil: lugares parciais de fala, pré-construído e Linguística popular/Folk linguistics (Structural racism in Brazil: partial places of speech, pre-constructed and Folk linguistics). *Estudos da Língua(gem)*, v. 19, p. 151-165, 2021.

NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. *Folk Linguistics*. New York: Mouton de Gruyter, 2003.

OLIVEIRA, D. H.; FALCONI-PIRES, L. M. A (res)significação de estigmas na canção bixa preta: os não-linguistas e os embates discursivos. *Dossiê de Linguística Popular*, Revista Porto das Letras, Tocantis, 2021.

PAVEAU, M-A. *Linguística folk: uma introdução*. Araraquara: Letraria, 2020.

PAVEAU, M-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Revista Policromias*, UFRJ, 2018.

PAVEAU, M-A. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. Tradução de Livia M. Falconi Pires e Roberto Baronas. *In: BARONAS, R. L.; COX, M. I. P.(org.)*. *Linguística popular/folk linguistics: práticas, proposições e polêmicas: homenagem a Amadeu Amaral*. Campinas: Ed. Pontes, 2021.

PIRES, L. M. F.; CARVALHO, L. P.; SANTOS, G. F. Práticas populares na mobilização linguística em tempos pandêmicos. *In: SILVA, M. M. da; CARVALHO, L. P. de; SANTOS, J. A. B.(org.)*. *Pandemia em (dis)curso*. 1. ed. Catu-BA: Editora Bordô Grená, 2022. v. 1, p. 104-124.

SANTOS, S. F.; CARVALHO, L. P.; SANTOS, G. F. Da gramática normativa à linguística popular militante: um percurso da linguagem neutra. *Porto das Letras*, v. 7, p. 141-159, 2021.